

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: globalização e desenvolvimento 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: globalização e desenvolvimento 2 / Organizador
Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-869-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.691222401>

1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II.
Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento econômico tem sido permeado pela presença de diferentes escolas, teorias e correntes desde os primordiais princípios filosóficos na Grécia, passando pela conformação da Ciência Econômica na Inglaterra, até chegarmos aos dias atuais, demonstrando que em um mundo globalizado não existe apenas uma via, mas diferentes formas de interpretação sobre o fenômeno econômico.

Tomando como referência que os pensamentos ortodoxos e heterodoxos são vivos nos campos das ideias e da realidade atual, este livro promove uma visão panorâmica sobre temas relevantes no campo epistemológico da Economia, tendo o objetivo de apresentar análises e debates que tomam como fundamentação distintos paradigmas teórico-metodológicos do pensamento econômico para interpretar a empiria dos assuntos e estudos de casos.

O ecletismo teórico-metodológico proposto nesta obra é explicitado, tanto, pela presença de um plural debate entre diferentes correntes teóricas do pensamento econômico, quanto, por diferentes procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, possibilitando assim a apreensão de diferentes óticas para captação e interpretação dos fenômenos econômicos.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem quali-quantitativa quanto aos meios utilizados nas pesquisas, este livro foi estruturado por meio de distintas técnicas e métodos de pesquisa a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Fruto de um trabalho coletivo e desenvolvido a várias mãos por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, os 29 capítulos deste livro fazem um imersivo convite à leitura de discussões relevantes nas áreas de Teoria Econômica, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional e Economia Política, combinando didatismo e acessibilidade.

Conclui-se que as discussões apresentadas neste livro proporcionam aos potenciais leitores a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade e o pensamento econômico em um contexto de globalização permeado por diferentes paradigmas ideológicos. A obra estimula um debate eclético, plural e não discriminatório que se apresenta por meio de uma didática abordagem afeita aos interesses de um público leigo e da comunidade epistêmica da área da Economia.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTRODUÇÃO AO DEBATE DA ECONOMIA POLÍTICA: CONCEITOS BÁSICOS

Lázaro Camilo Recompensa Joseph

Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224011>

CAPÍTULO 2..... 35

A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964

Neilaine Ramos Rocha de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224012>

CAPÍTULO 3..... 50

ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE BRASIL E NEOLIBERALISMO

Isabel Cristina Chaves Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224013>

CAPÍTULO 4..... 57

GLOBALIZAÇÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL NO SISTEMA INTERNACIONAL? ALGUMAS REFLEXÕES

Virgilius de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224014>

CAPÍTULO 5..... 66

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS: RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

Zacarias Bernabé Nguema

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224015>

CAPÍTULO 6..... 84

TEORIA DA CARTEIRA DE MARKOWITZ: APLICABILIDADE DO MODELO CAPM (CAPITAL DE MODELO DE RECTIFICAÇÃO DE ACTIVOS) NO COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2010-2020)

Shayra Alberto Xavier Constantino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224016>

CAPÍTULO 7..... 94

O ESTADO DE ENQUADRAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA “DIVIDAS OCULTAS” NO MERCADO DE CAPITAIS E O SEU CONTRIBUTO NO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Daniel Fernando Sibinde Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224017>

CAPÍTULO 8..... 105

A SUSTENTABILIDADE DA DIVIDA PUBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Dalmázia de Fátima Vicente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224018>

CAPÍTULO 9..... 119

POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Atumane Jacinto José Nanvarra

Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224019>

CAPÍTULO 10..... 129

LOS EFECTOS DE LA SUBIDA DEL DÓLAR EN MÉXICO EN LA PRODUCCIÓN LA ECONOMÍA Y LA SOCIEDAD

Víctor Manuel Piedra Mayorga

Rafael Granillo Macías

Miguel Ángel Vázquez Alamilla

Raúl Rodríguez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240110>

CAPÍTULO 11..... 141

INTERAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E APEC: UMA ANÁLISE DE DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

Sarah Geciellen Cabral Braz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240111>

CAPÍTULO 12..... 157

BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE A SOJA E A CARNE BRASILEIRAS: CENÁRIOS DE EMBARGOS DA CHINA, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240112>

CAPÍTULO 13..... 178

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Ramon Rodrigues Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240113>

CAPÍTULO 14	194
EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO	
Luz Elvia Garcia Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240114	
CAPÍTULO 15	204
AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PIAUIENSE	
José Edson Rodrigues Júnior Edivane de Sousa Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240115	
CAPÍTULO 16	220
ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING MIX</i> ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLOGICOS	
Heliene Macedo de Araújo Marta Cristina Marjotta-Maistro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240116	
CAPÍTULO 17	242
APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	
Mariane Rodrigues da Vitória	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240117	
CAPÍTULO 18	252
UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)	
Kayle Chaves Rustangy Viegas Nhenge	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240118	
CAPÍTULO 19	263
DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO	
Imelda Ortiz Medina Pedro Plata Pérez Jorge Martínez Pérez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240119	
CAPÍTULO 20	272
O PÓLO DE IMPERATRIZ: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS	
Edgar Oliveira Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240120	

CAPÍTULO 21.....298

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL E PERNAMBUCO A PARTIR DE MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – 2013

Josicleide Montenegro da Silva Guedes Alcoforado

Ana Carla Silva Alexandre

Idalacy de Carvalho Barreto

Irla Maria Vidal de Souza Medeiros

José Ricardo Bezerra Nogueira

Patricia Rejane Ribeiro Bispo

Nelson Miguel Galindo Neto

Guilherme Guarino de Moura Sá

Deisyelle Magalhães Barbosa

Débora Montenegro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240121>

CAPÍTULO 22.....312

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO PER CAPITA EM SAÚDE E A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS QUATRO MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO E 2008 A 2012

Harley Davidson Rocha de Lima

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rego

Rodrigo Gomes de Arruda

Tatiane Almeida de Meneses

Maira Galdino da Rocha Pitta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240122>

CAPÍTULO 23.....329

INVESTIMENTO PRIVADO: EVOLUÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA NO BRASIL

Tiago Wickstrom Alves

Emanuelle Nava Smaniotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240123>

CAPÍTULO 24.....353

PREVISÃO DE FALÊNCIA E PERFORMANCE: A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Cândido Jorge Peres Moreira

Mário Alexandre Guerreiro Antão

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Domingos Custódio Cristóvão

Catarina Carvalho Terrinca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240124>

CAPÍTULO 25.....365

O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA CRISE DO MERCADO DO DISTRITO DA

ILHA DE MOÇAMBIQUE

Octávio Francisco Xavier Uaite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240125>

CAPÍTULO 26.....381

TURISMO REGIONAL Y MERCADO LABORAL: LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA DE VIAJES COMO UNIDAD ECONÓMICA (2003-2010)

Laura Isabel Tottino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240126>

CAPÍTULO 27.....397

REDES SOCIAIS E PERFORMANCE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DAS ELEICOES DE 2018 PARA GOVERNADOR

Paulo Henrique Rocha de Souza

Francisco Antonio Sousa de Araujo

Paulo de Melo Jorge Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240127>

CAPÍTULO 28.....411

SMART CONTRACTS: O REINVENTAR DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA TECNOLÓGICA

Mateus Catalani Pirani

Emily Romera Fagundes

Julia Gothard Ribeiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240128>

CAPÍTULO 29.....423

A RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM OS GAMES: FORTNITE, UM ESTUDO DE CASO

Felipe Casteletti Ramiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240129>

SOBRE O ORGANIZADOR.....434

ÍNDICE REMISSIVO.....435

CAPÍTULO 8

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Data de aceite: 10/01/2022

Dalmázia de Fátima Vicente

Estudante do 3º ano do curso de licenciatura em economia e gestão
Faculdade de Educação e Comunicação da
Universidade Católica de Moçambique
Nampula – Moçambique

RESUMO: A sustentabilidade da dívida pública corresponde à capacidade do governo em honrar seus compromissos, pagando suas dívidas (obrigações). e essa questão da dívida pública é uma questão muito antiga em nosso país, porém, também é discutida hoje, porque ainda é a nossa realidade. considerando esta situação, surge a questão: a dívida pública moçambicana é sustentável? Assim, este artigo tem como principal objectivo, para além de mostrar se a dívida pública moçambicana é sustentável ou insustentável, irá também mostrar as possíveis soluções que o nosso país precisa de adoptar para ultrapassar este grande problema que enfrentamos. a metodologia utilizada para a elaboração do artigo foi quantitativa e explicativa. e é uma pesquisa bibliográfica. e a conclusão a que cheguei com este estudo é que a dívida pública moçambicana é insustentável, visto que o governo não consegue honrar os seus compromissos nos prazos pré-estabelecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; dívida pública; mercado de capital.

THE SUSTAINABILITY OF THE PUBLIC DEBT OF THE CAPITAL MARKETS IN MOZAMBIQUE: CHALLENGES, PROSPECTS AND SOLUTIONS (2010-2020)

ABSTRACT: Public debt sustainability corresponds to the government's capacity to honor its commitments, paying its debts (obligations). And this issue of public debt is a very old issue in our country, however, it is also discussed today, because it is still our reality. Considering this situation, the question arises: is the Mozambican public debt sustainable? Thus, this article has as its main objective, in addition to showing whether the Mozambican public debt is sustainable or unsustainable, it will also show the possible solutions that our country needs to adopt to overcome this great problem that we are facing. The methodology used to prepare the article was quantitative and explanatory. And it is a bibliographic search. And the conclusion I reached with this study is that the Mozambican public debt is unsustainable, as the government is unable to honor its commitments within the pre-established deadlines.

KEYWORDS: Sustainability; public debt; capital market.

1 | INTRODUÇÃO

Há muitos anos que o nosso país está a passar por esta situação de dívida pública, mas no início de tudo, acredito eu que já se verificava uma tendência desta mesma dívida. Pois bem a dívida publica não é feita de um dia para o

outro e sem motivo aparente. Então, estudos feitos, alertavam de forma coerente, que a evolução dos principais indicadores macroeconómicos moçambicanos, era preocupante, o que poderia causar uma instabilidade e provocar uma crise. As razões pelas quais fizeram-se estes estudos são dentre elas o constrangimento elevado de Moçambique ao enfrentar níveis de endividamento externo alto, que pareciam controlável segundo os padrões internacionais, mas que na verdade não poderia ser controlado, ou seja, para a nossa realidade era um controle ilusório, visto que estamos ainda nesta situação.

Sendo assim, o meu tema que é a sustentabilidade da dívida pública do mercado de capitais em Moçambique tem bastante relevância uma vez que a pesquisa tem como principal objectivo mostrar se a dívida pública moçambicana é sustentável ou não. A minha conclusão consta no resumo, mas o trabalho ainda tem os seus objectivos específicos, ou seja os caminhos pelos quais passei para chegar a estas mesmas conclusões. Falei aqui do conceito chave para o próprio tema, illustrei alguns dados e também falei um pouco dos desafios, das perspectivas e das soluções mais relevantes para Moçambique.

As situações que estamos a viver na actualidade nos remetem a pensar que este cenário não irá mudar tão rapidamente, uma vez que estamos a passar pelos conflitos em cabo delgado e também pela pandemia do COVID 19 que requerem de alguma forma investimentos. Mas atendendo e considerando que o nosso país de momento está com as finanças num estado deplorável e necessário incorrerem aos empréstimos, o que nos remete a ao estudo desta mesma sustentabilidade da dívida pública.

2 I REVISÃO DA LITERATURA

Relativamente ao conceito, muitos autores definem as dívidas públicas de diversas maneiras. Segundo (Gadelha S. , 2017) as dívidas públicas ocorrem quando há uma situação de déficit orçamentário, o governo precisa obter empréstimos, empréstimos este que constituem a dívida pública. Em outras palavras, quando os recursos arrecadados pelo governo, por meio dos tributos, não são suficientes para cobrir todos os seus gastos, o governo toma dinheiro emprestado para financiar parte dos seus gastos que não são cobertos com a arrecadação de tributos.

2.1 Composição das dívidas públicas

O artigo 56 da Lei n.º 9/2002 estabelece que a Dívida Pública subdivide-se em:

- a) Dívida pública Interna, aquela que é contraída pelo Estado com entidades de direito público ou privado, com residência ou domiciliadas no País, cujo pagamento é exigível dentro do território nacional;
- b) Dívida pública Externa, aquela que é contraída pelo Estado com outros Estados, organismos internacionais, ou outras entidades de direito público ou privado, com residência ou domicílio fora do país, e cujo pagamento é exigível fora do território nacional.

2.1.1 Situação actual da dívida pública em Moçambique

Segundo o (Castel-Branco & Massarongo, 2016) o stock da dívida pública total, tanto quanto já foi descoberto e divulgado, é de cerca de US\$ 12 mil milhões, ou, aproximadamente 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Deste montante, cerca de US\$ 2 mil milhões são de dívida pública doméstica. Dos restantes US\$ 10 mil milhões, dívida pública externa, cerca de metade é dívida comercial, sendo a outra metade dívida oficial a governos ou instituições multilaterais (dívida concessional, com taxas de juro mais baixas e prazos de reembolso mais amplos). Entre 2006 e 2015, o stock de dívida quadruplicou, expandindo a uma taxa média anual de 15%, duas vezes maior que a do crescimento do PIB. Na segunda metade dessa década, a dívida pública cresceu mais depressa do que na primeira, devido a vários factores fundamentais, nomeadamente:

- A voracidade das elites económicas nacionais por capital, de que as dívidas ilegais o investimento imobiliário são parte;
- A aceleração do investimento na redução de custos e riscos para o grande capital do complexo mineral - energético, em especial nas infra-estruturas gigantes e especializadas, segurança e serviços vários e avalização de empréstimos privados;
- O afunilamento da economia, cada vez mais centrada na produção de produtos primários e semi-primários para exportação e dependente de importações, o que a torna mais vulnerável à volatilidade dos mercados financeiros e de mercadorias internacionais e à inflação importada, e mais incapaz de articular processos produtivos domésticos e de gerar emprego decente; e
- As dinâmicas da armadilha e vício da dívida, em que a dívida se auto-reproduz, o que força mais endividamento para pagar e esconder a dívida e para manter as expectativas que mobilizem mais capital.

Segundo o (BM, 2016) Moçambique é actualmente um dos países mais endividados da África. No início da década, o rácio da dívida do sector público em relação ao PIB em Moçambique foi semelhante ao de outros países que registaram um crescimento crescente, incluindo Angola, Etiópia, Gana e Quénia. O rácio dívida / PIB de Moçambique ultrapassou rapidamente muitos países africanos e ultrapassou agora o do Gana, Angola e outros pares africanos que também viveram tanto o crescimento do crédito como a diminuição dos preços das matérias-primas nos últimos anos. Embora os empréstimos comerciais representem 18% da dívida externa, representam 40% do serviço da dívida externa entre 2016 e 2021. A dívida externa comercial é dominada pela obrigação de Moçambique e pelos empréstimos da Mozambique Asset Management (MAM) e da Proindicus. A dívida multilateral representa pouco mais de 40% do montante total da dívida, mas os termos concessionais reduzem a sua carga em termos de serviço da dívida. A terceira categoria, a dívida bilateral, é mais

heterogénea. É composta por uma combinação de empréstimos concessionais e não concessionais, com um número pequeno de grandes empréstimos para projectos de infraestrutura elevando o serviço total da dívida bilateral para 42% do total.

2.2 Mercado financeiro

Segundo (Abreu, Afonso, Escaria, & Ferreira, 2012) “mercados financeiros são os mercados nos quais uma entidade que se encontra numa situação excedentária disponibiliza fundos a uma entidade que se encontra numa situação deficitária” (p.8).

2.2.1 Funções dos mercados financeiros

Segundo (Abreu, Afonso, Escaria, & Ferreira, 2012) os mercados financeiros desempenham três funções principais. Por um lado, permitem a transferência de fundos dos agentes com capacidade de financiamento (mas sem oportunidade de investimento) para os agentes com necessidade de financiamento (mas com oportunidade de investimento). Por outro lado, aumentam a eficiência económica, aumentando a eficiência na afectação do capital. Por último, são um elemento essencial para a partilha de risco na economia. Neste contexto, os mercados financeiros permitem o financiamento de mais projectos de investimento produtivos, aumentando o crescimento das economias e aumentar a poupança, uma vez que possibilitam a sua rentabilidade (ou remuneração).

2.2.2 Composição do mercado financeiro

Conforme (Pires, 2006) quando um título financeiro é oferecido pela primeira vez ao público, diz-se que ele é vendido no mercado primário. As transacções posteriores do título em diferentes investidores são feitas no mercado secundário.

No mercado primário as empresas ou o governo emitem os títulos e usam o dinheiro obtido com a sua venda para financiar investimentos reais ou, no caso do governo, para financiar deficits orçamentais. Os bancos de investimento são instituições muito importantes no mercado primário. Eles são intermediários entre as empresas e os potenciais investidores. Normalmente aconselham as empresas sobre o tipo de produtos a emitir e são responsáveis pelo marketing e pela venda dos títulos.

A oferta inicial dos títulos pode ser privada ou pública. É privada quando só um número predeterminado de potenciais investidores é contactado. É pública quando o público em geral pode adquirir os títulos na sua oferta inicial. Na maioria dos casos quando a oferta inicial é privada, os investidores contactados são instituições financeiras e os títulos envolvidos são obrigações. Em todos os mercados, existem regras que têm de ser satisfeitas numa oferta pública de títulos. Em particular, é necessário tornar disponível determinado tipo de informação, que possibilita aos investidores potenciais avaliar o investimento.

Depois de os títulos serem oferecidos no mercado primário, eles podem ser

transaccionados de investidor para investidor no mercado secundário. Se uma empresa emitir novas acções e eu comprar uma dessas acções no momento da sua oferta inicial, estamos a falar do mercado primário. Se eu posteriormente decidir vender essa acção na Bolsa, estamos a falar de uma transacção no mercado secundário. O mercado secundário desempenha um papel muito importante porque dá liquidez aos investimentos financeiros. A sua existência permite aos investidores venderem ou comprarem rapidamente títulos financeiros.

É costume distinguir os mercados financeiros de acordo com a maturidade dos produtos financeiros. O mercado monetário é aquele onde são transaccionados produtos financeiros de curto prazo, o mercado de capitais é onde se transaccionam produtos financeiros de longo prazo. No mercado de capitais, as transacções do mercado secundário podem ocorrer num mercado organizado ou num mercado de balcão. Num mercado organizado as transacções são efectuadas através de leilões centralizados. O mercado de balcão, que é designado sem inglês por *over-the-counter* ou OTC, é um conjunto de operações de compra e venda de títulos financeiros que são realizadas fora da bolsa de valores por intermediários financeiros ou por correctores autorizados (pp. 9-10).

2.3 Instrumento financeiro

Segundo (Pina, 2005) instrumento financeiro é qualquer bem ou activo intangível dotado de valor patrimonial - peculiarmente expresso - e susceptíveis de ser objecto de transacção em mercado, tendo por fim a mobilização da poupança captada ao serviço de uma função de mera colocação/aplicação de capitais ou de investimento, quer contribuindo para o seu financiamento, quer para a cobertura do seu próprio risco.

Trata-se de uma noção que combina elementos económico-financeiros e jurídicos. São bens económicos, por isso são aptos a satisfazer necessidades, que se caracterizam pelo seu custo, utilidade e valor, e que se expressam em situações jurídicas de natureza diversa, susceptíveis de atribuição a determinados sujeitos.

2.4 Instrumentos financeiros do mercado de capitais

Segundo (IE, 2012) o mercado de capitais é um sistema criado para facilitar a capitalização das empresas, contribuindo para a geração de riqueza à sociedade. Investidores de diversos portes e com propósitos diferentes participam desse mercado, tornando possível o funcionamento de importante e alternativo mecanismo de financiamento das empresas: a abertura de capital mediante a emissão e venda de acções ao público. As bolsas de valores criam, organizam e regulam mercados, onde as acções emitidas podem ser negociadas com confiabilidade e transparência.

Segundo (Abreu, Afonso, Escaria, & Ferreira, 2012) os instrumentos financeiros do mercado de capitais são fundamentalmente instrumentos representativos do capital social da empresa. Os instrumentos financeiros mais relevantes do mercado de capitais são as acções (*equity* ou *common stock*).

2.4.1 Acções

Uma acção corresponde a uma parte do capital social da empresa, sendo o detentor da acção proprietário da percentagem correspondente da empresa, o que lhe confere um conjunto de direitos, nomeadamente, de voto. Os accionistas, enquanto detentores do capital da empresa, são remunerados em função dos resultados da mesma, designando-se a remuneração atribuída aos accionistas, dividendos.

Tendo em conta a sua natureza de participação no capital, os detentores de acções não são credores da empresa, tendo somente um direito residual sobre o valor dos activos ou dos rendimentos da empresa, ou seja, em caso de dissolução, só depois de todas as responsabilidades terem sido pagas é que os detentores do capital tem direito a receber o eventual valor remanescente. No que diz respeito aos rendimentos da actividade, só depois de todos os custos terem sido pagos, incluindo os custos dos financiamentos obtidos e os impostos, é que o remanescente pode ser distribuído aos accionistas sob a forma de dividendos.

Por outro lado as acções representam uma responsabilidade limitada pois, normalmente, o máximo que o accionista pode perder em caso de falência da empresa é o valor do seu investimento inicial, não sendo o seu património pessoal passível de responder para satisfazer obrigações da empresa.

Existem alguns tipos de acções especiais. Existem, por exemplo, acções com direitos especiais (preferires stock) que combinam características de acções com características de obrigações, assegurando ao seu detentor um fluxo de rendimentos fixo mas, por sua vez, não dando o direito de voto. Existem outras acções preferenciais, as golden shares por exemplo, que dão aos seus detentores direitos especiais sobre algumas áreas estratégicas da actividade e gestão da empresa.

2.4.2 Obrigações

Para além das acções, podemos encontrar também as obrigações e os títulos mistos.

Uma obrigação é um título de divid, negociável, através do qual o seu emissor se compromete a pagar, a quem o detenha, um rendimento - juro - em condições definidas à data de emissão e durante um determinado período de tempo, para além do reembolso do capital. Os emigrantes das obrigações são Governos e empresas. Os compradores são investidores particulares, bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos de investimento (Pires, 2006).

2.4.2.1 Elementos importantes das obrigações

O valor nominal ou valor facial é o valor inscrito no título. O preço de emissão é o montante a pagar para adquirir a obrigação quando ela é emitida. Se o preço de emissão for inferior ao valor nominal, diz-se que a emissão é abaixo do par; se o preço for superior,

diz-se que a emissão é acima do par; se o preço for igual ao valor nominal diz-se uma emissão ao par.

A periodicidade da taxa de juros é outro elemento fundamental das obrigações. As obrigações com vencimento de juro trimestral, semestral e anual são as mais usuais.

2.4.2.2 Tipos de obrigações

- Obrigações de taxa fixa que proporcionam uma taxa de juros fixa e tem uma maturidade predeterminada no momento de emissão. Ou seja, no momento de emissão todos os cash-flows são conhecidos. Em contrapartida, nas obrigações de taxa variável a taxa de juro pode evoluir ao longo do tempo. Normalmente, a evolução da taxa acompanhará a evolução de uma taxa de referência. A taxa de referência deve ser uma taxa que reflecta o melhor possível a evolução das taxas de juro do mercado. A taxa de juro da obrigação é a taxa de referência acrescida do spread (diferencial).
- As obrigações de cupão zero que são as obrigações que não pagam juros periodicamente, por conseguinte, a taxa de rentabilidade da obrigação é determinada pela diferença entre o preço de aquisição e o reembolso.
- Eurobonds que são obrigações que são emitidas num país diferente do país do emissor e são expressas numa moeda diferente da moeda do país em que são emitidas. Exemplo: uma empresa portuguesa emite obrigações expressas em dólares, no mercado de Londres.

2.4.2.3 Rating

A classificação das obrigações de acordo com o emitente é extremamente importante. De facto, enquanto as obrigações do estado são geralmente consideradas sem risco de incumprimento. Na avaliação das obrigações das empresas é importante considerar a possibilidade de a empresa não efectuar os pagamentos prometidos. Existem empresas especializadas na avaliação do risco de crédito de um determinado título financeiro.

A actividade de rating classifica de acordo com determinados critérios a obrigação que está a ser avaliada. Nesta classificação são levados em conta as características do título que está a ser avaliado, mas também as características da empresa, tais como o risco do sector em que ela opera, a sua posição no mercado, a sua situação financeira e sua rentabilidade (Pires, 2006, pp. 20-22).

2.4.3 Os títulos mistos

Há alguns instrumentos financeiros que tem características intermédias entre acção e uma obrigação. Uns desses títulos são as obrigações com warrants. A única diferença destes títulos em relação as obrigações tradicionais é que têm associado um warrant. O warrant dá ao detentor da obrigação o direito de adquirir um certo número de acções da

empresa emissora, a um preço predefinido e durante um determinado período de tempo. O detentor de um warrant não tem direito de voto, contrariamente ao accionista. Os warrants são geralmente separados da obrigação e podem ser transaccionados independentemente. É interessante notar que o warrant é semelhante a uma opção, com uma diferença fundamental: o warrant é emitido pela empresa.

Um outro título de característica intermédia e a obrigação convertível. O detentor de uma obrigação convertível pode decidir converter num número predefinido de acções da mesma empresa, desde que se verifique um certo número de condições durante um certo período de tempo. O direito de conversão não é cotado separadamente. O número de acções a que cada obrigação dá direito designa-se por rácio de conversão.

Um produto financeiro que oferece uma remuneração com uma componente fixa e com outra componente variável é o título de participação. Os títulos de participação são títulos de dívida perpétuos emitidos por empresas públicas ou por sociedades anónimas pertencentes maioritariamente ao estado. Estes títulos podem ser nominativos ou ao portador. O rendimento anual tem uma componente fixa e uma componente variável que é função dos resultados da empresa (Pires, 2006, pp. 23-24).

2.5 Os instrumentos financeiros emitidos pelo estado moçambicano para financiar o seu deficit

Segundo (TA, 2015) os Bilhetes do Tesouro são utilizados como instrumento privilegiados para o financiamento e gestão corrente da tesouraria do Estado, assegurando o equilíbrio dos fluxos de receitas e despesas, com vista à estabilidade da moeda nacional. As Obrigações do Tesouro são títulos emitidos pelo Estado para financiamento do défice orçamental, assim como para o refinanciamento e substituição de títulos mais onerosos.

Segundo (Lorizzo, 2019) o Banco de Moçambique efectuou a emissão primária de Bilhetes do Tesouro para financiar o défice das contas públicas.

Muito criticada pelo sector privado (que alega que o crédito fica mais caro e limitado às famílias e empresas), a emissão de Bilhetes do Tesouro ou simplesmente títulos da dívida pública, por parte do Banco Central, parece não ter travão.

O banco de Moçambique já emitiu os títulos da dívida pública, com vista a financiar o défice das contas públicas. Trata-se da emissão de Bilhetes do Tesouro do tipo B.

Uma medida bastante criticada pelos economistas, mas a tesouraria nacional insiste em aplicá-la para financiar o défice das contas públicas, num contexto em que os doadores externos congelaram os fundos para o Orçamento do Estado.

2.5.1 Variação da dívida publica

A variação da Dívida Pública, no período de 2010 a 2014, é apresentada no quadro a seguir em mil milhões de meticais:

DÍVIDA PÚBLICA	2010	Peso %	% do PIB	2011	Peso %	% do PIB	2012	Peso %	% do PIB	2013	Peso %	% do PIB	2014	Peso %	% do PIB
Externa	122.754	86,8	39,2	127.577	85,1	34,9	142.028	85,7	34,8	173.022	85,3	37,5	222.554	86,5	42,3
Interna	18.747	13,2	6,0	22.330	14,9	6,1	23.738	14,3	5,8	29.726	14,7	6,4	34.822	13,5	6,6
Total	141.501	100,0	45,2	149.907	100,0	41,0	165.766	100,0	40,6	202.748	100,0	44,0	257.376	100,0	48,9

Fonte: Tribunal administrativo

Em 2014, foram emitidas 8 séries de Obrigações do Tesouro, no montante de 5.715.000 mil Meticais, representados por valores mobiliários escriturais, de acordo com o artigo 3 do Decreto n.º 5/2013, de 22 de Março, que autorizou o Ministro das Finanças a contrair um empréstimo interno amortizável até ao valor máximo de 5.715.091,21 mil Meticais.

No que se refere às garantias e avales, no exercício económico de 2014, foram emitidas garantias e avales no valor total de 12.328.900 mil Meticais. Foram ainda emitidas cartas de conforto a favor de diversas entidades para permitir-lhes a contracção de empréstimos bancários.

Então, verifiquei que o estado emitiu 8 series de tesouro no montante de 5.715.000 mil meticais, contraiu um empréstimo interno no valor máximo de 5.715.091,21 mil meticais, emitiu garantias e avales no valor total de 12.328.900 mil Meticais e ainda emitiu cartas de conforto a favor de diversas entidades para permitir-lhes a contracção de empréstimos bancários, e mesmo assim nada se resolveu.

E a dívida pública continuou a subir cada vez mais, como observamos na tabela a seguir da variação da dívida pública em mil milhões de meticais, de 2015-2019:

DÍVIDA PÚBLICA	2015	Peso %	% do PIB	2016	Peso %	% do PIB	2017	Peso %	% do PIB	2018	Peso %	% do PIB	2019	Peso %	% do PIB
Externa	363.000	84,0	61,6	613.998	87,5	89,1	554.470	83,8	68,6	596.699	81,1	69,5	599.482	79,5	62,1
Interna	69.233	16,0	11,7	87.710	12,5	12,7	106.900	16,2	13,2	139.377	18,9	16,2	154.595	20,5	16,0
Total	432.233	100,0	73,3	701.708	100,0	101,8	661.370	100,0	81,8	736.076	100,0	85,7	754.077	100,0	78,1

Fonte: Tribunal administrativo.

Vemos então que neste exercício de 2015-2019 o rácio dívida publica/PIB variou de 73,3 de 2015 para 78,1 em 2019, mas vemos também que o maior rácio foi de 2016, o que significa de 2016 para 2019 houve uma diminuição da dívida externa, pese embora a dívida interna tenha aumentado continuamente. No exercício em análise, o limite fixado de bilhete de tesouro foi de 65.000 milhões de meticais.

O que se passa em Moçambique nos últimos anos aponta para dificuldades do Estado fazer face às necessidades de desenvolvimento económico e social como consequência do crescimento da dívida pública, porque todos os dados macroeconómicos da dívida são crescentes deste 2010.

Então em 2020, (Fijamo, 2021) diz que a dívida pública do país aumentou de 12,37 mil milhões de dólares em 2019 para 12,97 mil milhões em 2020. Com cerca de 1,95 mil milhões de dólares, a China é o país que, actualmente, mais dinheiro tem a receber de Moçambique.

O aumento da dívida pública de Moçambique, de 2019 a 2020, é explicado, principalmente, pelo desembolso do FMI de 308,9 milhões de dólares, para o país fazer face à COVID-19 e o agravamento da dívida interna em 305,9 milhões (TA, 2015).

2.6 Análise de Sustentabilidade da Dívida

Segundo o (FMO, 2016), a sustentabilidade da dívida é, de forma simplificada, a capacidade de um país honrar as suas responsabilidades relativas ao serviço da dívida sem prejuízo dos seus objectivos de desenvolvimento económico e social.

A análise de Sustentabilidade da Dívida Pública é uma ferramenta anual que orienta as decisões relacionadas com o processo de contratação de créditos para fazer face as actuais necessidades financeiras e perspectivar a capacidade para responder ao serviço da dívida. A análise considera uma projecção de 20 anos, em que é feita a avaliação pormenorizada da carteira da dívida pública, tendo em conta o contexto macroeconómico nacional e o impacto de novos financiamentos.

O principal objectivo da análise de sustentabilidade da dívida é avaliar e monitorar os níveis de endividamento, através de um estudo comparativo entre a evolução da dívida e os limites dos indicadores de sustentabilidade. Estes indicadores são representados por rácios, sendo que o resultado de cada rácio é comparado ao limite de sustentabilidade estabelecido em conformidade com a classificação dos países determinada pela Avaliação de Políticas e Instituições de Países.

Assim, para uma melhor gestão dos custos e riscos associados ao endividamento público é essencial a moderação do ritmo de contratação de novos empréstimos, que deve estar alinhado com o Plano Integrado de Investimentos (PII) do Governo, bem como a adopção de medidas fiscais para redução contínua do défice primário no médio e longo prazo.

2.7 A sustentabilidade da dívida pública do mercado de capitais em Moçambique: desafios, perspectivas e soluções (2010-2020)

Para o (FMI, 2020), a dívida pública moçambicana vai continuar em dificuldades, mas é sustentável. Em termos futuros, embora ela deva atingir 113,7 por cento neste final do ano, devido, em parte, ao impacto da pandemia da Covid-19. Em 2021, diz o FMI, a dívida moçambicana começará a cair para 106,2 por cento. O FMI afirma que as perspectivas

de médio prazo permanecem positivas, devido ao mega projecto do gás natural liquefeito, reconhecendo que apesar de alguns atrasos, os projectos vão avançar.

O FMI diz que a dívida pública moçambicana é sustentável, mas com toda a pesquisa acima, eu discordo com esta afirmação pois, para mim, a dívida pública moçambicana é insustentável uma vez que o nosso governo não consegue arcar com o pagamento das mesmas. Nos dados acima, verifica-se um aumento crescente na dívida pública, tanto interna como externa, então, não se percebe ao certo porque que o FMI continua a defender esta ideia de sustentabilidade, uma vez que em contra partida, os dados que nos são apresentados nos mostram de certa forma um cenário de insustentabilidade.

E este meu ponto de vista, não é particular uma vez que alguns economistas também rejeitam a ideia de sustentabilidade da dívida pública moçambicana defendida pelo Fundo Monetário internacional (FMI), e dizem que sem medidas que possam travar o crescente endividamento, vai ser difícil garantir essa sustentabilidade.

Como é o caso do economista João Mosca, que sustenta dizendo que isto depende do Governo tomar medidas sérias relacionadas com a dívida pública. É preciso encontrar formas de travar o crescente endividamento, interno e externo, mas sobretudo externo, que coloca a dívida moçambicana numa situação cada vez mais insustentável. Além disso, é fundamental abrir uma negociação estruturada da dívida moçambicana e definir objectivos claros da reestruturação e da abrangência dessa reestruturação.

No Relatório Anual da Dívida Pública, divulgado na página electrónica do Ministério da Economia e Finanças, a dívida pública de Moçambique mantém-se insustentável e o país continua a estar na condição de sobre endividamento. Estimativas preliminares apontam para uma ligeira deterioração dos rácios de sustentabilidade em 2020, refere o documento. Esta situação complica cada vez mais o acesso a financiamentos de baixo custo ao país no mercado internacional (Fijamo, 2021).

2.7.1 Desafios

Por conta desta insustentabilidade da dívida pública, o nosso país enfrentou (2010-2020) e ainda enfrenta inúmeros desafios, nomeadamente:

- O estado deve lidar com o aumento da dívida pública;
- O estado deve lidar também com a desvalorização do metical;
- Controle da subida generalizada do nível de preços (inflação);
- Muitas empresas tiveram que abandonar as suas actividades, o que gerou um aumento do desemprego, e o estado deveria, no mínimo garantir um emprego para a população com capacidade de trabalhar;
- E por conta do desemprego e não só, o aumento da própria dívida gerou um aumento da corrupção;

- A queda acentuada dos investimentos;
- As exportações e importações decresceram;
- Manter o PIB (produto interno bruto) a níveis estáveis;
- Diminuir a pobreza, uma vez que houve um aumento da pobreza;
- Manter a taxa de financiamento, pois registou-se uma perda de financiamento
- Subsidiar uma parte das despesas de combustível, energia e água.

Em resumo, os desafios são vários e se forem quantificados, teremos as perdas do poder de compra e os correspondentes sacrifícios no consumo, a descida do investimento e os possíveis efeitos sobre a produção nos próximos anos e sobre o emprego.

2.7.2 Perspectivas

As minhas perspectivas ou melhor, expectativas para Moçambique são boas, uma vez que no nosso país temos muitos recursos. Então, no meu ponto de vista, a implantação mais rigorosa dos mega-projectos pode fazer com que a dívida pública Moçambicana seja sustentável, de modo a garantir uma melhoria do nível de vida dos moçambicanos. Pois bem, apesar da actual insustentabilidade da dívida pública, nada está perdido, é possível sim que as coisas melhorem para o nosso país, mas é necessário que o nosso estado tenha uma noção clara dos riscos de incorrer a certas medidas pensando que serão a solução, sem antes estudar os riscos desta mesma medida.

E também se a população moçambicana colaborasse, produzindo mais (pelo menos para o auto sustento do povo), se calhar não precisaríamos importar certos bens dos outros países. E não só, se a parte da população que tem acesso a educação em Moçambique, recebesse educação de muito boa qualidade, quem sabe não estaríamos nesta situação actualmente, pois bem acredito eu que teriam projectos a serem implementados no nosso país.

E como consequência, poderia trazer o cenário em que o país passa a controlar a questão das dívidas públicas taxativamente.

2.7.3 Soluções

Esforços adicionais devem ser realizados para melhorar as condições económicas em que vivemos, com o objectivo de assegurar um percurso sustentável da dívida pública, com menores custos e riscos. Nesse sentido, algumas acções direccionadas para a aprovação de reformas estruturais e para a recuperação da confiança dos investidores se fazem necessárias para favorecer a conjuntura e o desempenho dos condicionantes do endividamento público. Acções estas que podem ser:

1. Venda de activos, créditos, concessões, participações, ou seja, venda de património;

2. A renegociação das dívidas, de forma a alargarem mais os prazos de pagamento e diminuírem as taxas de juro;
3. Melhorar o enquadramento empresarial geral através de regulamentação destinada a apoiar mercados de trabalho mais flexíveis, redução da burocracia, tornando mais fácil para as empresas desenvolverem a sua actividade e planearem para o futuro. As famílias, por seu lado, podem beneficiar de produtos mais baratos (e melhores), tendo assim mais dinheiro para gastar em outros produtos;
4. Uma possível reestruturação;
5. Não colocar barreiras ao investimento;
6. Diminuir os gastos do governo.

3 | CONCLUSÕES

Dívida pública é a situação em que um estado se encontra devido ao défice orçamentário, na qual o estado precisa obter empréstimos para financiar a parte dos seus gastos que não são cobertos com o valor arrecadado na tributação. Ela é composta por dívida interna que é aquela que é feita dentro do país, ou seja, as entidades públicas ou privadas localizam-se no território e a dívida externa que é aquela em que as entidades residem fora do país.

Actualmente, a dívida pública Moçambicana tem um stock total de 12 mil milhões, aproximadamente 80% do PIB (produto interno bruto) do país. Em 2016 Moçambique era o país mais endividados da África.

O mercado de capitais é um sistema que foi criado para a facilitação da capitalização das empresas, contribuindo para a geração de riquezas à sociedade.

A sustentabilidade da dívida pública é nada mais e nada menos que a competência que um país tem de cumprir com os seus compromissos relativos ao serviço da dívida pública.

Sendo assim, com base nos estudos e dados presentes no trabalho, cheguei a conclusão que infelizmente a dívida pública Moçambicana é realmente insustentável, uma vez que o nosso país não consegue arcar com as suas responsabilidades.

E para fazer face a esta insustentabilidade, o estado moçambicano deve redobrar os esforços de modo a melhorar as condições económicas em que nos encontramos.

REFERÊNCIAS

Abreu, M. a., Afonso, A., Escaria, V., & Ferreira, C. (2012). *Economia monetária e financeira*. Lisboa, Portugal: escolar editora.

BM. (2016, Dezembro 20). *Actualidade económica de moçambique*. Retrieved Outubro 18, 2021, from <https://www.iese.ac.mz>

Castel-Branco, C., & Massarongo, F. (2016, Maio 30). *Introducao a problematica da divida publica: contextualizacao e questoes imediatas*. Retrieved Outubro 18, 2021, from IESE: <https://www/iese.ac.mz>

Fijamo, C. (2021, Maio 21). Divida publica aumentou em USD 601 milhoes de 2019 a 2020. *O Pais* .

FMI. (2020). Divida publica mocambicana vai continuar em dificuldades mas e sustentavel. *Diario economico* .

FMO. (2016). *indignacao em relacao a crise da divida publica de mocambique*. Maputo, Mocambique: CESC.

Gadelha, S. (2017). *A divida publica e o financiamento orcamentario*. Brasilia, Brasil: ENAP.

IE. (2012, Janeiro 31). Mercado de capitais. Brasil, Sao Paulo, Brasil: associacao BMF.

Lei nº 9/2002 de 12 de Fevereiro (Lei SISTAFE)

Lorizzo, T. (2019, Janeiro 14). Banco central emite primeiros titulos da divida publica. *O Pais* .

Massarongo, C.-B. e. (2016). *Introducao a problematica da divida publica: contextualizacao e questoes imediatas*. Maputo, Mocambique.

Pina, C. C. (2005). *Instituicoes e mercados financeiros*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Pires, C. (2006). *Mercadose investimentos financeiros* . Lisboa, Portugal : Escolar editora.

TA. (2015). *Divida Publica*. Maputo, Mocambique.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de trânsito 298, 299, 300, 301, 305, 308, 309, 310, 311

África 46, 52, 55, 68, 79, 107, 117, 247, 252, 253, 260, 374, 375, 379

Agricultura 68, 138, 154, 170, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 231, 233, 236, 237, 239, 240, 242, 246, 247, 249, 250, 251, 257, 258, 259, 260, 261, 279, 281, 282, 283, 285, 287, 288, 289

APEC 48, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Apicultura 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251

B

Barreiras comerciais 157, 158, 160

Brasil 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 79, 83, 86, 93, 104, 118, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 218, 219, 221, 231, 232, 233, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 262, 265, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 316, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 336, 337, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 380, 382, 385, 386, 398, 399, 408, 415, 418, 421

C

Capital 1, 2, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 82, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 122, 125, 126, 162, 170, 173, 178, 179, 188, 189, 192, 193, 196, 199, 206, 242, 246, 255, 256, 257, 273, 279, 281, 283, 284, 285, 287, 292, 299, 300, 301, 305, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 343, 345, 346, 348, 349, 351, 377, 388, 390, 391, 393, 394, 419, 424, 426, 429, 430, 431, 432, 433

Capitalismo 16, 17, 20, 25, 26, 28, 29, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 56, 59, 62, 63, 64, 196, 354, 390, 395, 413, 423, 424, 426, 427, 428, 431, 432, 433

CAPM 84, 85, 88, 90, 91, 93

China 64, 102, 114, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177

Cluster 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Comércio internacional 46, 51, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 82, 83, 120, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 158, 166, 374

Commodities 46, 69, 84, 142, 144, 152, 157, 158, 166, 347

Comunicação 9, 66, 94, 105, 119, 154, 161, 230, 231, 232, 235, 236, 240, 277, 279, 280, 379, 399, 408, 415, 417, 421, 423, 427, 428, 429, 430, 431, 434

Contratos 79, 199, 200, 203, 376, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 422

Cooperativismo 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202

Covid-19 69, 81, 114, 263, 264, 269, 270, 271, 419

Crescimento 39, 42, 43, 44, 51, 52, 54, 61, 63, 67, 68, 71, 74, 78, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 114, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 142, 144, 153, 159, 166, 167, 176, 177, 206, 221, 248, 253, 254, 255, 256, 258, 272, 273, 274, 275, 276, 290, 295, 319, 330, 335, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 353, 357, 372, 375, 376, 378, 399, 407, 419, 424, 426

D

Desenvolvimentistas 35, 36, 37, 39, 42, 43, 45

Desenvolvimento 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 114, 121, 143, 144, 145, 153, 154, 175, 204, 205, 206, 207, 218, 219, 221, 231, 232, 237, 240, 242, 243, 247, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272, 274, 276, 279, 296, 297, 312, 315, 317, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 330, 336, 339, 340, 341, 344, 345, 347, 348, 351, 352, 357, 365, 366, 367, 371, 375, 379, 414, 420, 423, 424, 434

Dólar 64, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 384

E

Economia 1, 2, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 143, 144, 145, 147, 153, 154, 158, 163, 166, 175, 176, 177, 204, 205, 206, 207, 218, 220, 224, 231, 232, 233, 239, 240, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 274, 276, 295, 296, 297, 312, 322, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 339, 340, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 364, 365, 366, 367, 370, 371, 372, 375, 376, 378, 379, 380, 397, 409, 413, 420, 421, 422, 426, 432, 433, 434

Eleições 397, 398, 399, 400, 404, 406, 407, 408, 409

Embargo 134, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 196, 197, 198, 201, 267, 383, 386, 388

Empresas 52, 53, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 122, 135, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 237, 246, 250, 256, 260, 261, 263, 274, 275, 280, 285, 329, 331, 337, 341, 342, 346, 348, 349, 353, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 382, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 412, 414, 416, 417, 418, 419, 421, 422, 426, 434

Estado 25, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74,

75, 81, 94, 96, 97, 98, 103, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 129, 153, 183, 186, 190, 192, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 219, 222, 226, 231, 232, 240, 242, 248, 250, 252, 254, 258, 261, 266, 272, 273, 274, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 305, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 345, 367, 370, 371, 372, 378, 379, 394, 395, 396, 400, 404, 413, 417, 433

Estados Unidos 44, 51, 52, 53, 129, 132, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 157, 159, 161, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 248, 265, 267, 269, 271, 359, 382, 398, 414

Exportações 53, 73, 74, 80, 87, 102, 116, 125, 127, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 177, 248, 367, 373, 374, 375

F

Falência 37, 110, 353, 358, 360, 361, 364

G

Games 423, 424, 426, 428, 432

Globalização 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 296, 411, 412

I

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 20, 21, 64, 433

Imperatriz 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Investimento 40, 42, 47, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 90, 92, 93, 96, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 122, 126, 127, 154, 162, 163, 174, 243, 248, 258, 260, 315, 319, 323, 325, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 357

L

Liberais 35, 36, 37, 45, 62, 158

M

Marketing 108, 196, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 231, 239, 240, 241, 365, 366, 368, 373, 379, 380, 422

Materialismo 1, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 33

Mercado 25, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 77, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 135, 137, 138, 139, 142, 147, 152, 153, 158, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 186, 187, 188, 189, 197, 202, 221, 222, 229, 231, 232, 234, 237, 241, 246, 247, 253, 255, 260, 265, 266, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 340, 341, 345, 347, 365, 367, 369, 370, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 387, 393, 394, 395, 396, 413, 417, 424, 426, 428, 432

Moçambique 66, 67, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 102,

103, 104, 105, 106, 107, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380

Modelo gravitacional 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 272, 276, 277, 278, 279, 292, 293

Mortalidade infantil 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

N

Neoliberalismo 50, 54, 55, 56, 64

P

Paraísos fiscais 66, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

Pernambuco 218, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327

Piauí 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 309, 316

PIB 68, 71, 80, 81, 92, 98, 100, 101, 102, 107, 113, 116, 117, 127, 129, 132, 139, 141, 145, 146, 151, 152, 153, 157, 160, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 219, 260, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 300, 329, 334, 336, 337, 339, 342, 343, 344, 346, 347

Política monetária 86, 98, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 348, 378

Portugal 51, 76, 83, 104, 117, 118, 338, 353, 356, 361, 362, 363

Produção 2, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 62, 63, 72, 73, 74, 82, 95, 96, 107, 116, 122, 128, 142, 144, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 172, 173, 175, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 227, 229, 233, 235, 238, 239, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 256, 258, 260, 261, 263, 274, 279, 281, 294, 341, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 418, 424, 427, 428, 430, 431, 432, 433

Q

Qualidade 10, 12, 13, 14, 15, 71, 82, 91, 102, 103, 116, 142, 223, 224, 225, 227, 229, 235, 239, 248, 255, 256, 261, 273, 298, 300, 314, 315, 322, 323, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 363, 365, 368, 369, 370, 373, 374, 375, 376, 379

R

Recursos naturais 46, 51, 73, 79, 85, 95, 102, 103, 142, 164, 165, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 256, 258, 260, 261, 371

Redes sociais 230, 232, 233, 234, 235, 236, 397, 398, 399, 400, 403, 407, 408, 409

S

Saúde 32, 71, 82, 95, 96, 158, 159, 224, 225, 227, 232, 253, 256, 257, 273, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 294, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 353, 354, 355, 357, 360

Smart contracts 411, 412, 416, 417, 419, 420, 421, 422

Subdesenvolvimento 40, 45, 48, 55

T

Terra 12, 14, 29, 48, 56, 73, 164, 165, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 249, 251, 254, 258, 259, 299, 338, 340, 341, 343, 349, 352, 421

Trabalho 1, 2, 3, 4, 7, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 36, 39, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 73, 77, 80, 88, 95, 96, 106, 117, 122, 141, 143, 145, 146, 152, 159, 160, 162, 164, 166, 167, 170, 173, 192, 205, 206, 218, 227, 233, 234, 243, 250, 252, 254, 256, 257, 258, 260, 278, 294, 298, 300, 301, 303, 305, 312, 317, 325, 330, 333, 336, 348, 353, 357, 365, 367, 368, 373, 377, 398, 413, 420, 422, 423, 424, 427, 428, 431, 432

Turismo 68, 135, 138, 139, 221, 237, 258, 259, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396

U

União Europeia 64, 72, 76, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2